



## DIREITO FINANCEIRO

**1) Conceitue e diferencie o papel da “lei de diretrizes orçamentárias”, do “orçamento plurianual” e da “lei orçamentária”, discorrendo sobre suas características e princípios. Conceitue reserva do possível e analise, considerando dentre outros aspectos pertinentes, os princípios referentes à questão orçamentária e à separação dos poderes, os limites da reserva do possível e a interferência das decisões judiciais na execução do orçamento. (8,0 pontos)**

## DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO

**1) Disserte sobre o direito de greve no setor público, abordando, com amparo na melhor doutrina e jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, no que for pertinente, os seguintes aspectos fundamentais:**

a) normas constitucionais e infraconstitucionais que disciplinam a matéria, contextualizadas a partir de preceitos construídos pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em sede de ação constitucional de efeitos concretos, destacando o(s) caso(s) paradigmático(s) (*leading case(s)*) na configuração do direito sob questão; (2,0 pontos)

b) definição de serviços públicos essenciais à luz de norma infraconstitucional e jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, com reflexo na limitação do exercício do direito de greve, considerando a peculiaridade da judicialização dessa garantia na hipótese tratada; (2,0 pontos)

c) conceito e configuração de abusividade e ilicitude no exercício do direito de greve no setor público e indicação das medidas judiciais asseguradas ao Estado (*lato sensu*) para coibir atos dessa natureza; (2,0 pontos)

d) medidas administrativas cabíveis para responsabilizar servidores públicos por atos abusivos e/ou ilícitos praticados no exercício do direito de greve e também para salvaguardar o interesse público, destacando controvérsia jurisprudencial que cerca o tema. (2,0 pontos)

## **DIREITO AMBIENTAL E MINERÁRIO**

1) Regulamentando o procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, deliberou o Conselho Estadual de Meio Ambiente que:

1.1) se a atividade/empreendimento sob licenciamento estiver situado a uma distância igual ou inferior a 3 km da área indígena, o órgão indigenista será ouvido antes da elaboração do termo de referência, para sugerir o conteúdo do componente indígena, e, apresentado o estudo prévio de impacto ambiental, terá 15 (quinze) dias para se posicionar;

1.2) se a atividade/empreendimento sob licenciamento estiver situado a uma distância superior a 3 km e inferior a 10 km da área indígena, o órgão indigenista será comunicado do resultado do estudo prévio de impacto ambiental, assegurado o prazo de 15 (quinze) dias para se posicionar;

1.3) se a atividade/empreendimento sob licenciamento estiver situado a uma distância superior a 10 km da área indígena, não será necessária a participação do órgão indigenista, cuja manifestação, se houver, será considerada na fase de audiências públicas.

**Analise a situação e, de acordo com as regras específicas, identifique se a hipótese de regulamentação proposta estaria correta, justificando. A análise deve abordar, no mínimo, dentre outros aspectos pertinentes: (8,0 pontos)**

a) qual o grau de vinculação do órgão licenciador à manifestação técnica do órgão indigenista;

b) a adequação (ou não) do critério de distância como parâmetro para a delimitação de impactos socioambientais.

## **DIREITO AGRÁRIO**

*"Foi o caso que estando já a terra assaz povoada de filhos, filhos de filhos e filhos de netos da nossa primeira mãe e do nosso primeiro pai, uns quantos desses, esquecidos de que sendo a morte de todos, a vida também o deveria ser, puseram-se a traçar uns riscos no chão, a espetar umas estacas, a levantar uns muros de pedra, depois do que anunciaram que, a partir desse momento, estava proibida - palavra nova - a entrada nos terrenos que assim ficavam delimitados, sob pena de um castigo, que segundo os tempos e os costumes, poderia vir a ser de morte, ou de prisão, ou de multa, ou novamente de morte. Sem que até hoje se tivesse sabido porquê, e não falta quem afirme que disto não poderão ser atiradas as responsabilidades para as costas de Deus, aqueles nossos antigos parentes que por*

*ali andavam, tendo presenciado a espoliação e escutado o inaudito aviso, não só não protestaram contra o abuso com que fora tornado particular o que até então havia sido de todos, como acreditaram que era essa a irrefragável ordem natural das coisas de que se tinha começado a falar por aquelas alturas. Diziam eles que se o cordeiro veio ao mundo para ser comido pelo lobo, conforme se podia concluir da simples verificação dos factos da vida pastoril, então é porque a natureza quer que haja servos e haja senhores, que estes mandem e aqueles obedeçam, e que tudo quanto assim não for será chamado subversão.” José Saramago*

1) O texto acima, trecho de prefácio escrito pelo notável José Saramago ao livro “Terra” do renomado fotógrafo Sebastião Salgado, contém a versão do eminente Nobel sobre o modo de formação da propriedade privada, tema recorrente na literatura, do qual já haviam se ocupado outros escritores.

**A partir da idéia em questão, disserte sobre as peculiaridades da maneira como evoluiu a propriedade imobiliária no Brasil, especificamente a rural, seja quanto a sua formação (4,0 pontos), seja quanto a sua função (4,0 pontos) desde os primórdios de sua história até os dias atuais.**

## **DIREITO CIVIL**

**1) XYZ Comércio e Indústria Ltda. tomou empréstimo junto a banco, com garantia hipotecária, observadas as disposições seguintes:**

a) a garantia incidiu sobre a totalidade de seu patrimônio, presente ou futuro, inclusive sobre o mobiliário que guarnecia os atuais imóveis de propriedade da devedora, avaliado o atual patrimônio hipotecado no décuplo do valor da dívida; (2,0 pontos)

b) os bens existentes quando da concessão da garantia foram especializados e registrados no Cartório de Registro de Imóveis do local da celebração do contrato, pactuado este por instrumento particular, havendo contado com a intervenção de terceiro proprietário de um desses móveis hipotecados; (1,5 pontos)

c) de um dos bens hipotecados, uma aeronave, detinha sua propriedade resolúvel outra instituição financeira, por conta de garantia de contrato celebrado com o devedor e possuidor direto do bem, não havendo se operado a interveniência da proprietária resolúvel no contrato de hipoteca, mas tão somente do possuidor direto; (1,0 ponto)

d) outro dos bens hipotecados, um imóvel, pertencente a duas outras empresas, além da devedora, o foi sem a interveniência das co-proprietárias. Especificamente este imóvel foi hipotecado não só para garantia da dívida que estava sendo contraída, mas também de outro empréstimo a ser tomado no ano vindouro, de valor equivalente à metade do ora pactuado; (1,5 pontos)

e) foi estipulada, expressamente, exceção ao princípio da indivisibilidade da hipoteca, bem como cláusula possibilitando a celebração de contrato de dação em

pagamento do objeto da garantia, após o vencimento da dívida, além de outra proibindo que quaisquer dos bens hipotecados fossem dados em segunda hipoteca (2,0 pontos).

**Comente as assertivas constantes dos itens anteriores, apontando, justificadamente, a validade ou não de cada um dos atos, eventos e estipulações nelas referidos.**